

IDENTIDADES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: O PATRIMÔNIO COMO CONCEITO IDENTITÁRIO*

por

Paula Mota Santos**

Espaço, apropriação e identidades

Como passo inicial nesta reflexão sobre identidades culturais e apropriação do espaço proporia uma análise dos termos do tema em discussão. Estando numa Escola também de Arquitectura, começaria pelo último termo – *espaço* – seguindo depois para a questão da *apropriação* para, finalmente, chegar às *identidades*.

Desde os anos 60, 70 que as questões ligadas com a teorização sobre o espaço humanizado têm merecido uma maior atenção por parte de várias ciências. Na Geografia podemos encontrar este interesse pela teorização do espaço humanizado nos trabalhos de autores como Carl Sauer¹, Kevin Lynch (1960) e Yi-Fu Tuan (1977); nestes autores o espaço dos geógrafos afasta-se de uma cartografia e ciência espacial estéreis para insistir num esforço em criar um espaço, e em dar voz, à agência humana, facilitando assim a emergência de uma Geografia mais humanista que invoca o experimentado e o vivencial numa tentativa de procurar terreno comum entre teorizadores e seus sujeitos de análise². Esta vertente da Geografia foi-se desenvolvendo elegendo como objecto preferencial de

* Uma versão deste texto foi apresentada na Mesa-Redonda intitulada *Identidades Culturais e Apropriação do Espaço*, que teve lugar em Abril de 1999 na Escola Superior Artística do Porto (ESAP) que fez parte do ciclo de debates intitulados *Discursos sobre a Cidade*. Optou-se por manter no texto uma certa marca de oralidade – resultante do fim para o qual este foi inicialmente elaborado – tendo, no entanto, sido adicionadas informações, nomeadamente as referências bibliográficas, que permitissem uma certa aproximação deste texto com o texto académico clássico em termos da sua mecânica construtiva e assim facilitar a sua utilidade a terceiros.

** Universidade Fernando Pessoa. Departamento de Ciência Política e do Comportamento. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Ver Leighly (1963).

² Para uma análise mais aprofundada desta temática ver Gregory (1996).

análise o fenómeno urbano. Os escritos de David Harvey (1989), Edward Soja (1989) e Frederic Jameson (1991) são bem o paradigma de tal corrente.

Esta nova forma de perceber e analisar o *espaço* vai logo de início afastar-se desse mesmo conceito: fala-se então em paisagem – *cultural landscapes*, fala-se em lugar – *place* –, fala-se da ‘alma’ de um lugar – *sense of place* – mas, fundamentalmente, procura-se um afastamento de um conceito demasiado abstracto, um conceito matemático e geométrico por demasia, que ostraciza o profundamente humano³. Nas questões de teorização sobre o espaço humanizado há uma obra e um autor que são incontornáveis: são Henri Lefebvre e a sua *La Production de L’Espace*. Escrevendo em 1974 Lefebvre mostra-se descontente com a forma como tanto matemáticos como filósofos têm teorizado sobre o espaço, afirmando que um esforço que visasse um entendimento autêntico do mesmo teria que levantar a questão da *produção do espaço*. O espaço para Lefebvre é um *produto social*, e só quando assim encarado poderá, então, realmente ser entendido.

Não falaria então de *espaço* por ser um conceito por demais ligado a qualidades espaciais dos lugares. Falaria então destes, falaria de *lugares*, a não importa que escala. Aos lugares damos nomes, aos lugares ligamos determinados sentimentos, memórias e vivências, tanto passadas como presentes ou futuras.⁴ E, seguindo aqui Certeau (*cit in Clifford, 1997: 54*), o espaço não nos é ontologicamente dado, sendo sim discursivamente cartografado e corporeamente praticado. Deste modo, embora fisicamente construída e delineada segundo um traçado de ruas e edifícios, uma qualquer zona de vizinhança urbana não será um *lugar* enquanto não for praticada pela ocupação activa das pessoas, pelos seus movimentos através e à volta dessas casas e ruas. O lugar, porque espaço humanizado, não existe então fora do sujeito. E, nesta perspectiva, não há sequer lugar à distinção elaborada por Lefebvre entre um *espaço natural* (livre de marcas, transformações humanas) e um *espaço social* (do qual o paradigma é a cidade), porque mesmo aquilo a que chamamos Natureza – paisagem *strictu sensu* – é lido, sentido e vivenciado através de *construc-tos* sociais. Basta pensar na história da colonização britânica da Austrália para se ver a irrealidade da divisão proposta por Lefebvre.

A grande tragédia da colonização britânica⁵ da Austrália, foi que sobre o mesmo terreno, sobre a mesma geografia, se lançavam dois olhares profundamente diferentes: o europeu e o aborígine. Para os primeiros, a terra que se lhe estendia perante os olhos era uma terra não tomada: os olhos europeus viam à sua

³ Para uma abordagem mais aprofundada desta temática sobre paisagem (*cultural landscapes*) ver Hirsch & O’Hanlon (1995), Feld & Basso (1996) e Groth & Bressi (1997).

⁴ Este ‘dar nomes’ a espaços, criando assim lugares, é uma forma de socialização do Espaço e do Tempo.

⁵ Ou qualquer outra, desde que europeia.

frente uma terra em estado selvagem, isto é, no seu estado natural, sem marcas, sinais, ou indício de qualquer apropriação humana. Não encontraram campos agrícolas ladeados por muros ou circundados por caminhos que conduzissem a aldeias, ou qualquer outra forma de aglomerado habitacional perenemente elaborado por paredes, portas, janelas, praças, terraços, igrejas, templos... o que fosse! A terra a que chegavam parecia intocada, esparsamente habitada por gentes de presença furtiva, e que tão pouco exibiam sinais civilizadores, trajando um vestuário e produzindo objectos, ambos 'primitivos'. Para o olhar destes colonizadores ocidentais essa terra estava não civilizacionada, não apropriada ou domesticada, estava em estado selvagem⁶.

Este engano foi brutal. Brutal nas suas consequências porque brutal na desadequação à realidade dessa terra e das suas gentes. Se o olhar europeu lançado sobre esse espaço via uma terra não apropriada, o certo é que essa terra estava profundamente 'apropriada' pelas populações aborígenes que a habitavam através de deslocções sazonais ao sabor do imperativo da necessidade e dos ritmos biológicos da fauna e flora locais. A geografia australiana é um quadro imenso humanamente 'construído': cursos de água, pedras, árvores, montanhas, grutas, tudo são palavras de um texto imenso onde a cosmogénese e ontogénese aborígene não se inscrevem somente, mas são feitas existir. O olhar aborígene sobre a geografia australiana vê lugares por vezes elevados a monumentos sagrados, porque cosmológicos, porque encorporações das forças vitais que criaram o universo e o mantêm nos seus equilíbrios seminais.⁷ Uma mesma terra, e sobre ela dois olhares diferentes (e deste desencontro perceptivo uma tragédia que se prolonga nos dias de hoje) aqui trazidos para exemplo de porque não se pode aceitar a divisão Lefebvriana entre *espaço natural* e *espaço social*.

Chegamos agora ao segundo termo a analisar: *apropriação*. Pelo acima dito e exemplificado se afirma que o espaço humanizado não existe fora do sujeito que o vive. Assim, em rigor, não se pode falar em *apropriação do espaço*, já que o sentido de *apropriar algo* implica que esse algo existe como objecto independente do sujeito e fora dele. E aqui o que mais interessa salientar é aquilo a que talvez se poderia chamar *uma perspectivação fenomenológica do espaço*, por permitir um acesso mais próximo à realidade vivida no quotidiano – simples ou extraordinário –, desvendando as suas estruturas e dinâmicas sociais, sempre atenta aos seus sentidos e significados, numa perspectiva profundamente humanista que é o toque específico da análise antropológica.

⁶ E, da mesma forma que a terra, o estavam as suas gentes: selvagens a 'domesticar', a civilizar.

⁷ Sobre esta relação entre a paisagem australiana e as populações aborígenes ver o artigo de Robert Layton "Relating to the Country in the Western Desert" (Hirsch & O'Hanlon 1995: 210-231). Num outro registo é de assinalar o livro de Bruce Chatwin, *The Song Lines*, London, Picador, 1987.

E finalmente *identidade* (neste caso, identidades sociais) como último termo que urge analisar. Segundo Martin Heidegger (*cit in* Thomas, 1996) *identidade social* pode ser entendida como uma constância no tempo, sendo o esforço de construção de uma identidade contínuo. Assim o vector Tempo, ou melhor, a noção de *temporalidade* é intrínseca à de identidade(s), sendo que estas são realidades que se constroem, e não dadas *a priori*. Por outro lado, os grupos sociais constroem o seu EU-social por relação a OUTROS-sociais, a outros grupos sociais. As identidades são fundamentalmente construções relacionais e imbuídas de temporalidade. São assim realidades extremamente elásticas, fluídas e em contínuo processo de construção, logo em constante transformação ou mutação e redefinição. O paradoxo é que sendo estas as características reais das identidades sociais, estas últimas, no entanto, apresentam-se como imutáveis, como fixas, como sendo sempre iguais ao longo do tempo.

E se temporalidade é um factor intrínseco o *espaço* também o é. As identidades sociais estão enraçadas de percepções espaciais. As pessoas ligam-se a lugares que são sentidos como fundamentais ao seu bem ou mal-estar. Como Yi-Fu Tuan (1977) argumenta, para um indivíduo o sentido, a 'alma' de um lugar é resultante tanto de uma resposta biológica ao ambiente físico, como de uma criação cultural. Desde a infância que os seres humanos vivem e vêem a conhecer lugares através do seus cinco sentidos: visão, principalmente, mas também audição, olfacto, gosto e tacto. Os seres humanos através dos seus percursos biográficos vão-se relacionando com lugares e a eles atribuindo vários significados e graus de importância na construção do seu EU, da sua identidade, quer individual, quer colectiva, isto é, social.⁸

Assim, e aproximando-nos de uma abordagem etnográfica do Porto no Presente, espaços intimamente ligados com identidades sociais que os usam e manipulam através de um manso quotidiano são, por exemplo, os da dita colónia inglesa do Porto que tem como nódulos fulcrais da sua estratégia identitária a *Oporto British School* (a Escola Inglesa), *The Oporto Lawn Tennis and Cricket Club* (o Clube Inglês), a *Factory House* (a Feitoria Inglesa), as casas das Companhias (as Caves) e o circuito das Quintas do Douro (Lave *in press*⁹). São também as paredes que se assinam de *graffitis* azuis e os cafés onde, nas horas que antecedem o jogo, os vários núcleos constituintes dos *Super Dragões* se encon-

⁸ Actualmente, é este sentido de ligação, de pertença a lugares, construído ao longo do quotidiano biográfico que é objecto de análise do estudo em curso sobre as construções identitárias até à data definidas no Centro Histórico do Porto.

⁹ A informação em questão faz parte do artigo listado na bibliografia final. Este fará parte da publicação resultante da workshop *Leadership and Succession in Elite Contexts* organizado por J. Pina Cabral e A. Pedroso de Lima em Outubro de 1997. Agradeço a Jean Lave o ter-me disponibilizado o texto referido.

tram para depois partirem para a Superior Sul do Estádio da Antas onde, em dia de jogo grande, a claque executa as suas coreografias guerreiras; podem também ser os chamados Condomínios Fechados com a sua estratégia de marketing publicitário de miragem de uma determinada qualidade de vida apelativa a uma média/alta burguesia que se auto-enclausura em microcosmos utópicos¹⁰. Mas neste mundo de transnacionalidades e diásporas pode ser também um espaço realmente não existente, um lugar mítico de ancestralidade e origens que se almeja, mas que nunca se alcança criando transnações desterritorializadas. Onde terra e lugar foram o meio de filiação territorial (Estado-Nação) temos agora identificações e identidades que só parcialmente se constroem sobre as realidades e imagens do lugar. Na demanda Sikh pelo Kalistão, nos sentimentos dos franco-canadianos em relação ao Quebec, no desejo de auto-determinação palestiniiana, na luta entre sérvios e kosovares as imagens de uma pátria ancestral como local de origem são só uma parte da retórica do discurso popular sobre soberania, não representando necessariamente um argumento último ou único¹¹.

Património e identidade

Conjugando assim *espaço, identidades sociais e apropriação* enunciamos os elementos generativos do conceito de Património¹². O conceito de Património é profundamente identitário: o que uma sociedade decide patrimonializar diz-nos muito sobre a mesma. É por isso um valor relativo e não absoluto – e é por isto que as políticas do património quase sempre suscitam acaloradas controvérsias e raramente consenso absoluto. No entanto, da mesma forma que as identidades – que sendo construções profundamente plásticas porque situacionais se apresentam sempre como realidades fixas, imutáveis e fundamentadas pela longa existência no tempo –, da mesma forma então, a ideologia do património se alicerça numa

¹⁰ Estas duas últimas temáticas são tema de, respectivamente, uma tese de Mestrado em Antropologia (Universidade do Minho) elaborada por Daniel Seabra (Universidade Fernando Pessoa) intitulada “*Mágico Porto, vence por nós. – Um estudo antropológico de uma claque de futebol*”, e uma tese de Doutoramento em Antropologia Social (Universidade de Santiago de Compostela) de Paulo Castro Seixas (Universidade Fernando Pessoa) intitulada *Paradigmas sócio-espaciais e políticos da diferença – Ilhas e novos condomínios: uma interpretação dialógica da cidade do Porto*, e a quem desde já agradeço os dados aqui referenciados.

¹¹ Sobre esta temática ver Appadurai (1996).

¹² Património entendido aqui fundamentalmente na sua forma material: quer imóvel (arquitectónica) quer móvel (objectos), deixando assim de lado os comportamentos. Sobre estes só uma breve nota; Assiste-se hoje a um ‘elevar’ de comportamentos a património cultural: são as chamadas tradições, que mais não são do que comportamentos patrimonializados. Estes comportamentos patrimonializados assumem um valor fortemente identitário, como a tradição dos touros de morte em Barrancos – e respectiva polémica – tão cabalmente ilustra.

subversão: o Presente selecciona do Passado elementos particulares carregando-os de conotações ideológicas/identitárias investindo-os assim de uma valoração absoluta, logo inquestionável.

O valor patrimonial está directamente ligado à historicidade do objecto em causa, historicidade que será sempre única e particular a este¹³, sendo que é precisamente essa historicidade única do objecto patrimonializado que o torna intemporal – mas nunca ahistórico – levando à sua preservação de geração para geração, num processo de construção icónica. No entanto porque o Património é uma construção identitária e logo ideológica, é então profundamente político, e se as suas raízes estão no Passado ele é um fenómeno do Presente (qualquer Presente) mas sempre virado para o Futuro (Guillaume 1980)¹⁴. O casco velho do Porto pode assim ser visto como espaço emblemático da identidade portuense. Este processo de emblematização é um constructo social que podemos retrair em várias fontes desde a literatura até ao discurso dos historiadores¹⁵, para só mencionar duas.

A classificação em Dezembro de 96 como Património Mundial pela UNESCO é o corolário de tal processo de emblematização: o centro histórico é a sinédoque visual da cidade: está em todos os postais ilustrados, em todos os guias turísticos, em todas as objectivas fotográficas dos turistas que visitam o Porto. E o que os órgãos do poder instituído entendem que deve ser o Porto Património Mundial nem sempre coincide com o que os habitantes locais desejam para si próprios e para as ruas e lugares que eles habitam. Tais ‘quebras’ no tecido desta cidade-que-se-imagina emergem em *cronotopos* específicos, pontos privilegiados de observação, qual vulcão submarino ao largo da Terceira: é a política de re-localização (ou mesmo a terminação?) do mercado de rua da Ribeira, é a política de condicionamento do trânsito e estacionamento automóvel nas estreitas ruas do casco velho, é a intenção de estipular que tipos de produtos podem ser vendidos no ‘novo’ mercado da Ribeira¹⁶... tudo directrizes várias às quais os habitantes da zona se insurgem (alguns) de modos e em intensidades várias. Em relação à perspectivação que actualmente mais me interessa no que respeita à ligação de identidades sociais a lugares, que é o sentido de pertença a lugares construído ao

¹³ O património entendido aqui como um ‘objecto’ fundamentalmente temporal, isto é, imbuído de temporalidade e dependente desta para a sua própria essência/existência.

¹⁴ O estudo levado a cabo por Michael Herzfeld (1991) em Retemnos, Creta, é bem exemplificativo desta dialéctica entre Presente e Futuro através do Passado (História).

¹⁵ Como exemplo pode referir-se a *História do Porto*, organizada por Luís de Oliveira Ramos (1994) onde, em vários pontos, podemos encontrar um discurso quase poético na sua exaltação das qualidades da população do velho burgo portuense (Ramos 1994: 16-24).

¹⁶ Nomeadamente a expressa vontade por parte da Câmara Municipal de que não possam aí ser vendidos artigos em plástico, e sim unicamente artigos ‘tradicionais’.

longo do quotidiano biográfico, apontaria de seguida algumas formas de identificação dessa ‘apropriação’ espacial, alguns hábitos rotineiros que permeiam o quotidiano dos habitantes do Porto Património Mundial que o trabalho de campo (ainda incipiente) já permitiu encontrar:

- é o extravasar do interior doméstico para a rua imediata: são os vasos de flores emoldurando portas de rua, é a roupa estendida, suspensa por sobre as cabeças dos transeuntes, é o rádio tocado alto com música que transborda por janelas abertas, espalhando-se pelo ar das ruas e forçosamente entrando em ouvidos alheios.
- é a ronda dos reformados e/ou desempregados (as duas categorias com tempo para serem verdadeiros ‘filhos da Ribeira’) pelas obras de recuperação que pontuam o centro velho do Porto, aí tecendo comentários e expressando opiniões sobre a adequação, ou não, dos trabalhos idealizados e dirigidos por arqueólogos, engenheiros e arquitectos, mais ou menos municipais.
- é a afirmação orgulhosa de se ser da Sé ou de Miragaia, ou da Vitória ou de S. Nicolau e, de entre destes, de se ser ou da Bainharia de Cima ou da de Baixo, ou da Viela dos Gatos ou dos Pelames ou de Miragaia de Cima ou de Baixo, ou da Ribeira ou da Fonte Taurina.
- é o ser re-alojado numa casa recuperada mas noutra zona do casco velho que não a sua, e, mesmo ao fim de 10 anos a aí morar, e embora disponha para tal de loja semelhante a uns minutos de casa, continuar a fazer as suas compras diárias na loja de esquina da sua área original, tendo assim que calcorrear mais ruas e gastar mais tempo.
- é o assimilar do discurso da oficialidade e usá-lo como arma argumentativa em negociações entre desiguais. E cito “*Sim porque o centro histórico é a cidade do Porto – e nós dissemos na reunião com a Câmara: que se não limpassem isto (a droga na Sé) que iríamos denunciar à UNESCO. E agora a coisa está melhor*” (Habitante da Sé, Julho 1998).

O Porto património mundial é assim uma grande arena política onde vários grupos sociais se envolvem em relações dialógicas, cada qual usando no Presente o acervo do Passado (património que não só o construído) para, parafraseando Giddens (1991), negociar o Futuro que desejam. O património constitui-se assim como uma mais-valia, uma arma de negociação e um constructo social profundamente emotivo porque construído de lembranças, de um passado que diz algo (mas nem sempre o mesmo) a indivíduos e a grupos diversos e é como tal que deve ser encarado.

BIBLIOGRAFIA

- APPADURAI, A. (1996) – *Modernity at Large – Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis & London, University of Minnesota Press.
- CLIFFORD, J. (1997) – *Routes – Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge Mass, Harvard University Press.
- FELD, S. and BASSO, K. (ed) (1996) – *Senses of Place*, SAR Press, Santa Fe, New Mexico.
- GIDDENS, A. (1991) – *Modernity and Self-Identity: Self and Society in Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- GREGORY, D. (1996) – *Geographical Imaginations* (1994), Oxford, Blackwell.
- GROTH, P. and BRESSI, T. W. (ed) (1997) – *Understanding Ordinary Landscapes*, New Haven & London, Yale University Press.
- GUILLAUME, M. (1980) – *Politique du Patrimoine*, Galilee.
- HARVEY, D. (1989) – *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell.
- HERZEFELD, M. (1991) – *A Place in History – Social and Monumental Time in a Cretan Town*, Princeton NJ, Princeton University Press.
- HIRSCH, E. and O'HANLON, M. (ed) (1995) – *The Anthropology of Landscape – Perspectives on Place and Space*, Oxford, Clarendon Press.
- JAMESON, F. (1991) – *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press.
- LAVE, J. (in press) “Re-serving succession in a British Enclave”.
- LEFEBVRE, H. (1996) – *The Production of Space* (1974), Oxford, Blackwell.
- LEIGHLY, J. (1963) – *Land and Life: A selection from the writings of Carl Otwin Sauer*, Berkeley, University of Press.
- LYNCH, K. (1996) – *The image of the City* (1960), Cambridge, Mass and London, The MIT Press.
- RAMOS, L. A. DE OLIVEIRA (org), (1994) – *História do Porto*, Porto, Porto Editora.
- SOJA, E. (1989) – *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory*, London, Verso.
- THOMAS, J. (1996) – *Time, Culture and Identity – an interpretative Archaeology*, London, Routledge.
- TUAN, Yi-Fu (1977) – *Space and Place: The Perspective of Experience*, Minneapolis, University of Minnesota Press.